

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
14ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE – MG

JUÍZA TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
ANGELA CASTILHO ROGÊDO RIBEIRO



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT da 3ª Região (MG)

Lei de Criação nº 7.471, de 30-4-1986
Data da instalação: 18-5-1987
Data de implantação do PJe: 24-3-2015

Jurisdição: Belo Horizonte

Edital de Correição divulgado no DEJT em 5-10-2020, p. 2.

ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 7-8-2019

Às 8 horas do dia quatorze de outubro de 2020, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Maristela Iris da Silva Malheiros**, Vice-Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Cisco Webex, instituída pela Portaria n. 61, de 31 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça na 14ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, situada na Avenida Augusto de Lima, 1.234 – 16º andar, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico a MM. Juíza do Trabalho Titular da Vara, Dra. **Angela Castilho Rogêdo Ribeiro**, que convocada no Tribunal, se faz presente; o MM. Juiz do Trabalho Substituto, Dr. **Ednaldo da Silva Lima**; a Secretária da Vara do Trabalho, Sra. Raquel Machala Kein; os servidores Carolina Adaid Fontes, Daniel José Fonseca Mendonça, Guilherme Cabral Nobrega, Livia Ribeiro Herzog Rocha, Marisa Soares Lages Vasconcelos, Mônica Maria Coimbra de Paula, Pedro Augusto Rinaldi Costa, Sibebe Maria Viana, Sofia Chaves Matos e Thiago Silva Rocha e o estagiário Gustavo Rodrigues Carvalho. Ausente a servidora Jane Caçado Guimarães, em razão de férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 582 processos, distribuídos neste ano até o dia 5-10-2020, apurando-se a média de 3,2 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 57 cartas precatórias, dentre elas 31 executórias, até o dia 5-10-2020, das quais 35 foram devolvidas, neste ano, para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 854 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 367 processos foram remetidos neste ano até o dia 5-10-2020.

1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 10 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.

1.5. CARGA PARA PERITOS – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 43 processos com perícia designada, aguardando laudo.

1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 421 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 98 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 124 processos sobrestados.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep), há 12 processos sobrestados já julgados, com incidentes de Repercussão Geral, pelo STF, a saber:

	Tema
0002196-38.2013.5.03.0014	739
0002147-94.2013.5.03.0014	739
0002156-56.2013.5.03.0014	739
0002340-12.2013.5.03.0014	739
0002199-56.2014.5.03.0014	739
0002398-15.2013.5.03.0014	739
0001513-64.2014.5.03.0014	739
0001295-36.2014.5.03.0014	739
0000857-10.2014.5.03.0014	739
0058600-85.2008.5.03.0014	739
0000504-67.2014.5.03.0014	739
0011034-91.2018.5.03.0014	992

Tema 739: Possibilidade de recusa de aplicação do art. 94, II, da Lei 9.472/1997 em razão da invocação da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho, sem observância da regra de reserva de plenário. (Mérito julgado 11/10/2018).

Tema 992: Discussão quanto à competência para processar e julgar controvérsias nas quais se pleiteiam questões afetas à fase pré-contratual de seleção e de admissão de pessoal e eventual nulidade do certame, em face de pessoa jurídica de direito privado. (Mérito julgado 05/03/2020).

Também falta confirmar no SJVPI o lançamento do processo 0010532-21.2019.45.03.0014.

Processos examinados na correição:

- 0010397/18, 0010332/19, 0010407/17, 0010847/19 e 0010940/19: – Tema nº 1046 – Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente.

- 0011869/16, 0010014/17, 0010108/18, 0010678/19 e 0010737/19: Tema nº 1022 - Dispensa imotivada de empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista admitido por concurso público.

Recomenda-se que, diante da existência de processos distribuídos que ainda pendem de solução, sejam envidados esforços para a célere prestação jurisdicional em tais casos.

Recomenda-se, ainda, que seja observada a correta correspondência dos andamentos dos processos àqueles do sistema E-Gestão, conforme Manual de Orientações do Sistema E-Gestão 1º Grau (http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o_1%C2%BA_Grau).

Também deve ser consultada a cartilha de sobrestamento e “dessobrestamento” elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf

Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg>, sistematizadas por assunto.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 39% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

A taxa de congestionamento na fase de conhecimento desta unidade, até o 2º trimestre de 2020, foi de 29,82%, segundo o Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST).

1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2020 até 5-10-2020)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	111
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	263
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	8

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas (aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST):

Processos audiências não designada	Processos sem audiência designada - itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão	117
---	---	-----

Aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, “são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2015	3	5
2016	8	4
2017	16	3
2018	13	2
2019	72	1
2020 – ano de referência	270	
TOTAL	382	0,51

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de outubro até o dia 5-10):

Processo	Classe	Tarefa
0010403-55.2015.5.03.0014	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Audiência 21-1-21
0011097-24.2015.5.03.0014	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010102-74.2016.5.03.0014	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010493-	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do

29.2016.5.03.0014		sobrestamento
0010782-59.2016.5.03.0014	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011771-65.2016.5.03.0014	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011869-50.2016.5.03.0014	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011923-16.2016.5.03.0014	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Audiência 26-2-21
0010014-02.2017.5.03.0014	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011687-70.2016.5.03.0109	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010244-44.2017.5.03.0014	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010407-24.2017.5.03.0014	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010721-67.2017.5.03.0014	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011834-06.2016.5.03.0139	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011263-91.2017.5.03.0012	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Audiência 16-12-20
0011366-92.2017.5.03.0014	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Audiência 4-3-21
0011446-56.2017.5.03.0014	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011490-11.2017.5.03.0003	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Audiência 9-2-21
0011564-32.2017.5.03.0014	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Audiência 23-11-20
0011644-93.2017.5.03.0014	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	7

	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	470
--	--	-----

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	15
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	236

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	1
	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	919

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	8

1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO - A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 59% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

A taxa de congestionamento na fase de execução desta unidade, até o 2º trimestre de 2020, foi de 59,35%, segundo o Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST).

Existem 1.205 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 796 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 1 processo suspenso por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 408 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.
- d) 39 processos no arquivo temporário, extração personalizada do SIAP1.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2020 até 5-10-2020.

No ano 2019, até o dia 5-10 havia 1.227 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 708 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) nenhum processo suspenso por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 519 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de outubro até o dia 5-10):

Processo	Classe	Tarefa
0123300-07.2007.5.03.0014	Execução Fiscal	Enviado a Secr.de Execução: 27-08-2019
0112800-47.2005.5.03.0014	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguarda devolução de recursos do TST
0152500-64.2004.5.03.0014	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguard.Ret.Ativ. P/conferir doc. e Restaur. autos
0058600-85.2008.5.03.0014	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Remetido para digitalização em 7-10-20
0017600-18.2002.5.03.0014	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguard.Ret.Ativ. P/conferir doc. e Restaur. autos
0078100-11.2006.5.03.0014	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguard.Ret.Ativ. P/conferir doc. e Restaur. autos

0000564-45.2011.5.03.0014	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Proc. Arquivo Temporário - 31-05-2016
0000698-04.2013.5.03.0014	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguarda devolução de recursos do TST para exame de petição
0000297-39.2012.5.03.0014	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguarda decisão de AIRR
0073200-63.1998.5.03.0014	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Proc. Arquivado em 24-06-2020
0000589-24.2012.5.03.0014	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Proc. Recolhido Arquivo em 11-11-2019
0002400-82.2013.5.03.0014	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguarda Cumprimento do Acordo
0137300-80.2005.5.03.0014	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguarda Ret.Ativid.Digitaliz.Secr.Rec.Atendimento
0089100-37.2008.5.03.0014	Execução Fiscal	Proc. Recolhido Arquivo em 11-03-2020
0001048-60.2011.5.03.0014	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Proc. Recolhido Arquivo em 27-11-2019
0065200-88.2009.5.03.0014	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Proc. Recolhido Arquivo em 29-10-2019
0081400-78.2006.5.03.0014	Execução Fiscal	Proc. Recolhido Arquivo em 12-12-2019
0001336-42.2010.5.03.0014	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Intimação União/Vista Exceção de pré-executividade
0000245-77.2011.5.03.0014	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Proc. Recolhido Arquivo em 11-11-2019
0000587-20.2013.5.03.0014	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Proc. Recolhido Arquivo em 29-10-2019

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados,) extraídos do sistema e-Gestão (mês de outubro 2020 apurado até dia 5-10):

	2019	2020
01-JANEIRO	55	16
02-FEVEREIRO	79	46
03-MARÇO	45	24
04-ABRIL	37	36
05-MAIO	51	42
06-JUNHO	50	52
07-JULHO	92	49



08-AGOSTO	130	33
09-SETEMBRO	80	49
10-OUTUBRO	136	8
Totais	755	355

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
ALINE PAULA BONNA	13	45								
ANDRESSA BATISTA DE OLIVEIRA				5						
ANGELA CASTILHO ROGEDO RIBEIRO	1	1	24	2	15	29	15	2	23	7
ANNA ELISA FERREIRA DE RESENDE RIOS							29	2		
EDNALDO DA SILVA LIMA					10			29	12	1
HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS	2					12				
HAYDEE PRISCILA PINTO COELHO DE SANT'ANA						11	2			
LIZA MARIA CORDEIRO				29	17					
NARA DUARTE BARROSO CHAVES							3			
NELSILENE LEAO DE CARVALHO DUPIN									14	
Totais	16	46	24	36	42	52	49	33	49	8

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (mês de outubro 2020 apurado até dia 5-10):

	2019	2020
01-JANEIRO	46	66
02-FEVEREIRO	133	48
03-MARÇO	95	49
04-ABRIL	91	1
05-MAIO	123	1
06-JUNHO	97	3
07-JULHO	99	1
08-AGOSTO	100	1
09-SETEMBRO	118	3
10-OUTUBRO	146	0
Totais	1048	173

1.1. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 05/10/2020, existem 68 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
Embargos de Declaração Pendentes	20
Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	42
Tutelas Provisórias Pendentes	6
Total	68

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 14-10-2020 havia 10 processos:

- a) **procedimento sumaríssimo**: 4 processos;
- b) **procedimento ordinário**: 2 processos;
- c) **instrução**: 2 processos;
- d) **conciliação em execução**: 1 processo;
- e) **conciliação em conhecimento**: 1 processo.

Foram examinados os autos dos processos 0010480/20, 0010572/20, 0010313/20, 0010093/18, 0010515/20, 0010526/20, 0010593/20, 0010603/20, 0010131/20 e 0010440/20.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 5-10-2020, 210 processos físicos no total, dentre eles, os migráveis são 45 processos.

Exame dos autos dos processos do PJe: 0010571/20, 0010544/20, 0010535/20, 0010255/20, 0010453/20, 0010247/20, 0010413/20, 0010403/20, 0010369/20, 0010391/20, 0011869/16, 0010014/17, 0010108/18, 0010678/19, 0010737/19, 0010397/18, 0010332/19, 0010407/17, 0010847/19, 0010940/19, 0010324/20, 0010273/20, 0010336/19, 0011043/19, 0011033/19, 0010511/20, 0010510/20, 0010555/20, 0010527/20, 0010138/20, 0010473/20, 0010465/20, 0010461/20, 0010524/20, 0010580/20, 0010097/20, 0010848/19, 0010031/20, 0010261/20, 0010959/19, 0010240/20, 0010456/20, 0011082/19, 0010516/20, 0010497/20, 0010399/19, 0010167/19, 0010018/19, 0010259/19, 0010100/19, 0010436/19, 0010346/19, 0010208/18, 0010442/19, 0010376/16, 0010296/18, 0010020/20, 0010677/18, 0010029/18, 0010926/18, 0010502/20, 0010038/20, 0010316/20, 0010454/20, 0010387/20, 0010376/20, 0010563/20, 0010179/20, 0010418/20 e 0010514/20.

Examinados os processos, constatou-se que estão em ordem.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que **não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.**

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 9 ações civis públicas em tramitação.

Processo	Tarefa
0001227-23.2013.5.03.0014	Aguarda AIRR
0010095-48.2017.5.03.0014	Aguardando apreciação pela instância superior
0010140-18.2018.5.03.0014	Aguardando prazo
0010208-94.2020.5.03.0014	Aguardando prazo
0010342-63.2016.5.03.0014	Aguardando prazo
0010482-92.2019.5.03.0014	Aguardando apreciação pela instância superior
0010762-97.2018.5.03.0014	Aguardando apreciação pela instância superior
0011545-60.2016.5.03.0014	Aguardando apreciação pela instância superior
0011784-30.2017.5.03.0014	Aguardando final do sobrestamento

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 5 ações civis coletivas em tramitação.

Processo	Tarefa
0010173-42.2017.5.03.0014	Aguardando apreciação pela instância superior
0010997-30.2019.5.03.0014	Acordo -Aguardando prazo
0011003-76.2015.5.03.0014	Aguardando apreciação pela instância superior
0011578-16.2017.5.03.0014	Aguardando prazo - liquidação
0011733-19.2017.5.03.0014	Cumprimento de Providências - liquidação

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo/ordinário	28	21	38
Instrução processo físico	1.316	1.86	0
Instrução processo eletrônico	223	192	121

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo	9	12	16-11-20 -12 dias
Procedimento Ordinário	8	12	4-11-20 - 12 dias
Instrução	173	77	10-3-21 - 77 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2020 até 5-10-2020).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	452	115

2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	6	2.000
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	286	190

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	37	3.047
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	66	350

Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	11	4.975
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	3	865

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão: (mês de outubro 2020 apurado até dia 5-10):

	2019	2020
01-JANEIRO	70	53
02-FEVEREIRO	116	80
03-MARÇO	94	75
04-ABRIL	119	21
05-MAIO	146	19
06-JUNHO	126	51
07-JULHO	114	63
08-AGOSTO	100	34
09-SETEMBRO	149	70
10-OUTUBRO	100	17
Totais	1134	483

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
ALINE PAULA BONNA	36	75	13							
ANGELA CASTILHO ROGEDO RIBEIRO	8	5	62	15	4	18			14	
ANNA ELISA FERREIRA DE RESENDE RIOS							38	7		
EDNALDO DA SILVA LIMA					4	1		26	23	17
FABIANA MARIA SOARES	5									
FLAVIA CRISTINA ROSSI DUTRA					2	1				
HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS	2					13		1	5	

HAYDEE PRISCILA PINTO COELHO DE SANT'ANA						18	17			
LILIAN PIOVESAN PONSSONI	2								2	
LIZA MARIA CORDEIRO				6	9					
NARA DUARTE BARROSO CHAVES							8			
NELSILENE LEAO DE CARVALHO DUPIN									26	
Totais	53	80	75	21	19	51	63	34	70	17

No ano 2019, apurou-se que, em 227 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2019	Média/dia útil
Julgados procedentes	110	0,48
Julgados procedentes em parte	383	1,69
Julgados improcedentes	196	0,86
Extintos com resolução de mérito	2	0,01
Outras decisões com resolução de mérito	1	0,004
Total com exame de mérito	692	3,05
Extintos sem resolução de mérito	21	0,09
Arquivamento	89	0,39
Desistência	53	0,23
Outras decisões sem exame de mérito	54	0,24
Total sem exame de mérito	217	0,96

Decisões de conhecimento	909	4,00
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	339	1,49
Decisões na fase de execução	220	0,97
Total	1.468	6,5

No ano de 2020, até o dia 5-10, com 175 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	5-10-2020	Média dia/útil
Julgados procedentes	59	0,034
Julgados procedentes em parte	105	0,6
Julgados improcedentes	51	0,29
Extintos com resolução de mérito	4	0,02
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	168	0,96

4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – Em setembro de 2020, com 21 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	19	0,91
Conciliação em execução	27	1,28
Encerramento de instrução <small>Os encerramentos de instrução não são somados</small>	3	0,14
Inicial/Inicial (rito sumaríssimo)	34	1,62
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0
Instrução/Instrução (rito sumaríssimo)	38	1,81

Una/Una (rito sumaríssimo)	48	2,29
Total	166	8

No mês de setembro de 2020, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 21 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução (sentenças e decisões). Mês de outubro 2020 apurado até dia 5-10:

	Conhecimento		Execução		Liquidação	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
01-JANEIRO	24	11			1	
02-FEVEREIRO	55	28		2	2	
03-MARÇO	49	21	1		1	
04-ABRIL	45	5		2		
05-MAIO	40	8	3	1		2
06-JUNHO	48	34	1	3	1	
07-JULHO	33	32		2	1	2
08-AGOSTO	41	15	2	4	3	2
09-SETEMBRO	42	22	1	1		1
10-OUTUBRO	35	5	2			2
Totais	412	181	10	15	9	9

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
ALINE PAULA BONNA	9	27								
ANGELA CASTILHO ROGEDO RIBEIRO		2	21	1	1	10	8		5	
ANNA ELISA FERREIRA DE RESENDE RIOS							17			
EDNALDO DA SILVA LIMA					2			20	7	7
ERICA APARECIDA PIRES BESSA									1	
FLAVIA CRISTINA ROSSI DUTRA					2	1				
HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS						13	1	1	5	
HAYDEE PRISCILA PINTO COELHO DE SANT'ANA						13	3			

LILIAN PIOVESAN PONSSONI	2	1							1	
LIZA MARIA CORDEIRO				6	6					
NARA DUARTE BARROSO CHAVES							7			
NELSILENE LEAO DE CARVALHO DUPIN									5	
Totais	11	30	21	7	11	37	36	21	24	7

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram realizadas audiências, conforme abaixo (mês de outubro 2020 apurado até dia 5-10):

	2019	2020
01-JANEIRO	78	76
02-FEVEREIRO	218	166
03-MARÇO	165	116
04-ABRIL	210	0
05-MAIO	196	54
06-JUNHO	183	113
07-JULHO	211	139
08-AGOSTO	193	85
09-SETEMBRO	195	158
10-OUTUBRO	167	13
Totais	1816	920

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
ALINE PAULA BONNA	72	143							
ANDREA RODRIGUES DE MORAIS								1	
ANGELA CASTILHO ROGEDO RIBEIRO		14	115	15	27			35	1
ANNA ELISA FERREIRA DE RESENDE RIOS						102			
EDNALDO DA SILVA LIMA				12			84	44	12
ERICA APARECIDA PIRES BESSA								1	
FLAVIA CRISTINA ROSSI DUTRA		1	1	4	1	1			
HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS					26	1	1	5	

HAYDEE PRISCILA PINTO COELHO DE SANT'ANA					59	7			
LILIAN PIOVESAN PONSSONI	4	8						10	
LIZA MARIA CORDEIRO				23					
NARA DUARTE BARROSO CHAVES						28			
NELSILENE LEAO DE CARVALHO DUPIN								62	
Totais	76	166	116	54	113	139	85	158	13

Foram realizadas 21 audiências de 1º-10-2020 até o dia 13-10-2020 e designadas 103 de 14-10-2020 até do dia 30-10-2020. Em novembro estão designadas 92 audiências.

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período (mês de outubro 2020 apurado até dia 5-10):

	2019	2020
01-JANEIRO	1059	1421
02-FEVEREIRO	1746	1939
03-MARÇO	1594	1571
04-ABRIL	1808	855
05-MAIO	1797	1610
06-JUNHO	1655	1853
07-JULHO	1756	1946
08-AGOSTO	1939	1547
09-SETEMBRO	2029	1826
10-OUTUBRO	2790	354
Totais	18173	14922

Constatou a Excelentíssima **Desembargadora Vice-Corregedora**, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas, durante a pandemia COVID-19, de segunda-feira a sexta-feira, a partir das 8h20min. O intervalo entre as audiências é de 20 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 10 minutos para as de procedimento ordinário e de 20 minutos para as instruções.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Declararam os magistrados, quanto à residência, que cumprem a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantêm o cadastro atualizado na Secretaria Geral da Presidência.

5. Produtividade –

Movimentação Anual de Processos		
	2018	2019
Processos recebidos	940	1.005
Média por dia útil	4,1	4,2
Processos remanescentes do ano anterior	929	540
Sentenças anuladas	14	10
Total de processos para solução	1.883	1.555
Processos solucionados	1.367	1.342
Processos conciliados	486	433
Produtividade	72,60%	86,30%

Analisando os dados supra, verificou-se um **aumento** de 6,91% em relação ao número de processos recebidos no ano 2018. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2019 houve um **aumento** de 13,70%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2020 até 5-10-2020)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	165
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	483

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	483
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	588

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	250
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	223

MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2020 até 5-10-2020)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	477
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	534

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	920
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	207

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2020 até 5-10-2020)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	534
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	207
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	12

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	477
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	920
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	12

Perfil da Vara do Trabalho		Belo Horizonte - 14a Vara		
Indicadores / Período de referência		Ano 2019 01/01/2019 a 31/12/2019	1º trim 2020 01/04/2019 a 31/03/2020	2º trim 2020 01/07/2019 a 30/06/2020
Indicadores	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,42	0,86	0,65
	I02 - Pendentes	1.473	1.504	1.584
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00	0,00
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	229,99	213,74	174,08
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	197,53	194,93	216,16
	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	2.527,94	2.480,95	2.480,31
	I07 - Taxa de conciliação (%)	32,06	29,91	31,02
	I08 - Taxa de solução (%)	132,21	125,32	110,39
	I13 - Taxa de execução (%)	190,97	177,67	168,12
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	24,47	26,39	29,82
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	50,81	54,33	59,35
	I11 - Produtividade por servidor	185,27	169,00	144,91
	I12 - Pendentes por servidor	112,64	114,82	120,09
Meso	Acervo	0,26	0,29	0,29
	Celeridade	0,49	0,48	0,45
	Produtividade	0,48	0,52	0,56
	Congestionamento processual	0,42	0,46	0,50
	Força de trabalho	0,42	0,46	0,50
Macro	IGEST	0,4125	0,4432	0,4603
Posição IGEST		71	81	100
Movimentação processual		1501 a 2000	1001 a 1500	1001 a 1500

FONTE: Sistema e-Gestão (dados extraídos em 05/08/2020)

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$4.164.212,22	R\$983.334,92

7. PORTARIAS – De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, não há Portaria em vigor.

8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

9. DA SECRETARIA – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que em não foi encontrado excesso de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como foram observadas as suspensões de prazo em decorrências das chuvas em 2020, da Portaria GP N. 109/2020 e das Portarias Conjuntas GP/CR/VCR N. 112/2020 e N. 114/2020. Também foram observadas as determinações referentes ao COVID-19.

10. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015-2020 do TRT-MG devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 125,49% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 107,48% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ).

No ano 2020, até o dia 31-8-2020, o percentual alcançado foi de 74,50%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 86,05%.

Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 106,31%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 100,28% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017.

Em 2019, quando a Meta era “manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 75,71% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 92,50% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, divergente do valor divulgado pelo CNJ igual a 102%. Os métodos de cálculo que os dois Conselhos utilizam são distintos).

No ano 2020, até o dia 31-8-2020, o percentual alcançado foi de 47,68% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 50,06%.

Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 89,51%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, não tendo cumprido a Meta. O resultado deste Regional foi de 123,07% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, praticamente igual ao valor divulgado pelo CNJ de 123,06%).

No ano 2020, até o dia 31-8-2020, o percentual alcançado foi de 62,95% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 98,43%.

Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 102,04% do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 98,06% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017.

Em 2019, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2017 (de 170 dias), em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 230 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 224 dias (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2019 era de 166 dias.

O percentual de cumprimento desta unidade foi de 138,55%, não tendo cumprido a Meta, enquanto que para o TRT-MG este percentual foi de 64,92%, sendo que, neste item, diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta.

No ano 2020, até o dia 31-8-2020, o tempo médio alcançado foi de 109 dias, sendo o resultado deste Regional para o mesmo período de 173 dias.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

13. RECOMENDAÇÕES:

13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que, quando da publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção, seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se à Secretária e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

- 1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;
- 2) inseridos na pauta os 12 processos sobrestados já julgados pelo STF com incidentes de Repercussão Geral, discriminados no item 1.7 desta Ata, e que sejam observadas, também, as informações encaminhadas pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep) periodicamente à vara, referentes a processos já julgados pelo STF, para evitar o acúmulo desses processos;
- 3) verificado junto ao o SJVPI o lançamento do processo 0010532-21.2019.45.03.0014.
- 4) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;
- 5) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata, especialmente do processo 0112800/05;
- 6) saneados os processos incidentais à fase de execução, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;
- 7) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2020, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019;

8) envidados esforços para o cumprimento da Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017; Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente e da Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017, tendo em vista que estas não foram atingidas no ano 2019;

9) observada a Portaria Conjunta GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020 que estabelece no âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais medidas para a retomada gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus, causador da COVID-19;

10) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional e que o atendimento também seja por meio de videoconferência a advogados, procuradores, membros do Ministério Público do Trabalho e partes que atuam no exercício do jus postulandi, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, durante a pandemia da Covid-19 e a habilitação das funcionalidades siga-me ou WhatsApp Business;

11) observada a Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, de 27 de janeiro de 2020, devendo a Vara do Trabalho adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até a efetiva liberação do sítio eletrônico Garimpo, as varas do trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis. https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/acesso-restrito/ (extratos da caixa econômica federal) e <https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bb?cid=1335> (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);

12) cumprida a recomendação Nº 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;

13) realizado, pelos magistrados e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data aprazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2019:

A Corregedoria Regional verificou que não foi observada a seguinte recomendação, formulada naquela oportunidade:

1) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR N. 112, de 1ª de julho de 2019, publicada no DJE de 1º-7-2019 dispoendo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região.

A Corregedoria Regional reitera a observância da recomendação acima.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Partícipe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU) que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16 que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 10h45min do dia quatorze de outubro de 2020, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 138, publicado no DJe 5-10-2020, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Vice-

Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e José Múcio Antônio Lambertucci.

Maristela Iris da Silva
Malheiros:30831806

Assinado de forma digital por
Maristela Iris da Silva
Malheiros:30831806
Dados: 2020.10.14 18:15:14 -03'00'

Maristela Iris da Silva Malheiros
Desembargadora Vice-Corregedora do TRT/3ª Região

MOZART SECUNDINO
DE OLIVEIRA
JUNIOR:30831138

Assinado de forma digital por
MOZART SECUNDINO DE
OLIVEIRA JUNIOR:30831138

Mozart Secundino de Oliveira Júnior
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria